

## Evasão escolar e analfabetismo: sobre políticas públicas e “rabos de vacas”



Dos processos que permeiam a Educação Popular, as rodas de conversa são espaços de compartilhamento de ideias, de saberes, de inquietações. Com base na metodologia Ver, Julgar e Agir, a qual ancora o processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos proposto pelo Movimento de Educação de Base - MEB, é por meio dessas rodas que os educadores estimulam inicialmente o ‘ver’, ou seja, a ampliação do diálogo com os educandos.

Esse movimento é fundamental para o estabelecimento da relação educador/educando, pois constituiu-se num espaço de saberes compartilhados, considerando a cultura e as experiências de vida dos educandos como objeto de aprendizagem, afinal, nos diz Freire (2000) que o desrespeito à leitura de mundo do educando revela um ato antidemocrático.

E foi em uma roda de conversa, junto a um grupo de alfabetizando, em Barra do Ceará, comunidade situada em Fortaleza - CE, que uma educanda compartilhou a sua história. Com a voz embargada, ela nos contou que viveu no interior do estado durante a infância e que para chegar à escola, as crianças precisavam atravessar um rio. Devido à sua profundidade, as crianças não podiam atravessá-lo caminhando e não havia nenhuma forma de transporte para essa travessia.

Diante dessa dificuldade, faziam o seguinte:

*Chegavam até a margem do rio e aguardavam a boiada passar. “Cada um tinha a sua vaca”, nos disse a educanda.*

*Conforme as vacas iam adentrando ao rio, as crianças, com o material escolar amarrado junto à cabeça, seguravam no rabo de uma vaca e assim, no balanço da correnteza, seguiam até a outra margem.*

*Porém, em uma dessas passagens, a educanda acabou sendo atingida por um coice, pois não havia esperado o ‘tempo certo’ para segurar no rabo da vaca. Ela quase se afogou e este foi o motivo da ‘evasão’, ou seja, a sua mãe não mais permitiu que ela frequentasse a escola.*

*Com a voz embargada, a educanda acrescentou: “Eu não aprendi a ler. Eu sou evangélica. Eu quero ler a Bíblia, mas não consigo”.*

Ao compartilhar essa história, dentre tantos outros aspectos evidenciados, a educanda faz denúncias. Ela denuncia o silenciamento a que foi submetida e a exclusão, o viver à margem de uma sociedade que culturalmente valoriza o mundo letrado, mas que não respeita o direito de todos acessarem este mundo, que ao ser negado, se torna elitista e fragiliza a democracia.

Ainda hoje, os maiores índices de pessoas em situação de analfabetismo no Brasil provêm de localidades rurais. Diante dessa realidade, podemos inferir que muito pouco tem sido feito, enquanto implementação de políticas públicas de educação; afinal, será que essa população tem sido visibilizada, escutada?

A história está nos mostrando o quanto essas populações vêm sendo negligenciadas; por esse motivo há a necessidade da denúncia, mas esta deve propulsionar ações e não apenas se tornar mais um adorno nas arenas dos debates políticos.

É no tempo presente que precisamos agir. Ao dizer *eu não consigo*, a educanda nos remete a refletir sobre o papel do educador, uma vez que é neste tempo presente que ela e tantos outros educandos se encontram nos ambientes de aprendizagem ancorados na Educação Popular.

Daí podemos indagar: qual o tempo e o espaço da escuta nos ambientes de aprendizagem? Qual o papel do educador popular nesse contexto?

Cunha Filho (2004) nos diz que escutar é ativar os ouvidos e que os ouvidos não funcionam isoladamente, mas exigem outros sentidos, como olhar, tocar, sentir, o que significa que escutamos com o corpo inteiro.

Se o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escu-

tando o outro que aprendemos a falar com ele, nos diz Freire (2000).

Escutar o educando, dar visibilidade à sua história de vida, é buscar compreendê-lo como cidadão, cuja necessidade de aprender a ler e a escrever, se tornou para ele, contraditoriamente, um sonho e não a positividade de um direito.

Voltando à metodologia Ver, Julgar e Agir, cabe ao educador popular atuar nesse movimento e compreender essa metodologia como um ciclo potencial, no sentido de que se dê à denúncia o seu lugar, mas, sobretudo, vendo, julgando e agindo com vistas à implementação de ações de cunho político e social, na perspectiva de uma educação voltada à democracia ativa.

E é nessa trajetória metodológica que encontramos Brandão (2017), que ressalta o compromisso dos educadores como um projeto histórico de humanização libertadora, que, por meio do trabalho político junto ao povo, transforma-se em um movimento pedagógico. Trata-se, portanto, de uma pedagogia voltada aos saberes do povo e para o povo.

Ao repensar sobre a história contada pela educanda, podemos inferir que a reação do animal trouxe sérias consequências a ela, a evasão escolar e, principalmente, o risco de morte. Mas, numa perspectiva metafórica, podemos pensar na reação do animal como um processo de exclusão e de negação dos direitos. A evasão não se deu em função do acidente, mas sim em função da não condição de acesso à escola.

No entanto, podemos avaliar a irracionalidade do animal em contraposição à racionalidade humana. Ainda nos tempos atuais, no contexto das políticas educacionais, sobretudo as políticas voltadas às pessoas em situação de analfabetismo, mantém-se o que podemos chamar de reação violenta a esse processo de marginalização e de exclusão social.

Há muito o que fazer na luta contra esse determinismo, ressaltando-se a importância da atenção às infâncias e às juventudes no tempo presente, sobretudo das populações mais vulnerabilizadas. Vamos nos fortalecendo na luta para que as crianças de hoje tenham os seus direitos respeitados e, em algum dia do futuro, não precisem depender do 'passar da boiada' para exercerem o direito de frequentar a escola, sendo este, um dos primeiros passos à inserção social e à cidadania.

Uma educação para a democracia ativa exige saber, viver, lutar!

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

CUNHA FILHO, José Leão da. **Conversando sobre a aula**. Brasília: Universa, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

### **Maria de Lourdes de Almeida Silva**

Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação de Minas Gerais, pós-graduação *lato sensu* na área de Supervisão e Orientação Escolar, e mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Profissão Docente - GEPPEP/UNB, e sócia da Studo Consultoria. Atualmente ocupa o cargo de assessora pedagógica do Movimento de Educação de Base - MEB.